



BOLETIM ESPECIAL

EMBAIXADA DO BRASIL

Nº 33

3006 Massachusetts Av. N. W.
Washington, D. C.
16 de setembro de 1974.

BOLETIM TELEX

Na apresentação que fez ao Ministério do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o Presidente Geisel afirmou que "se verificado um mínimo necessário de normalidade na situação internacional, o Brasil será em 1980 um país de dimensões de potência emergente e estrutura social substancialmente melhorada". Prosseguindo afirmou o Presidente da República que "podemos encarar tranquilamente o futuro que já está próximo de nós, escudados na confiança de que ultrapassaremos, sem grandes delongas, a fronteira do desenvolvimento pleno".

O IIº Plano Nacional de Desenvolvimento prevê que em 1979 o Produto Nacional Bruto brasileiro alcançará 125 bilhões de dólares e que a população terá uma renda *per capita* de 1.044 dólares.

O Chanceler Omar Al Sakka, da Arábia Saudita, encerrou sábado sua visita oficial de uma semana ao Brasil, havendo assistido às comemorações do 7 de Setembro na companhia do Presidente da República. Os dois chanceleres assinaram no Itamaraty uma declaração conjunta, na qual são apresentados conceitos apreciados pelos dois ministros, destacando-se os seguintes itens:

3. Os dois Ministros afirmam a necessidade de uma ação solidária em prol da paz e do desenvolvimento de todos os países, sem qualquer discriminação de raça ou credo. Em especial, sublinham a importância da construção de uma nova ordem econômica internacional na qual os países em desenvolvimento têm direito a uma participação mais justa e equitativa. Expressam também seu total apoio soberano de qualquer país de explorar para o benefício de seus povos os recursos naturais em seus territórios.
4. Examinando a questão do Oriente Médio, constata-se os dois Ministros a urgência de uma solução definitiva e justa para esse problema de grande importância para a paz e a segurança internacionais. Convém igualmente que para o encontro dessa solução faz-se mister uma atuação especial e continuada da comunidade internacional, inclusive nas Nações Unidas.
5. Os dois Ministros afirmam que um tratamento construtivo e eficaz na questão do Oriente Médio tem como componentes fundamentais a desocupação de todos os territórios submetidos pela força e o reconhecimento dos legítimos direitos do povo palestino.
6. O Ministro Omar Al-Sakka e o Ministro Azeredo da Silveira consideraram em profundidade as relações entre a Arábia Saudita e o Brasil. Registram pleno acordo quanto à conveniência e à necessidade de intensificar decididamente essas relações, através de contactos e trocas diretas, no melhor interesse de ambos os países.
7. Reconheceram ambos os Ministros a existência de possibilidade de um relacionamento solidário e amplo nos planos econômico, financeiro e comercial, conducente a uma sólida e duradoura amizade entre a Arábia Saudita e o Brasil. Com a finalidade de criar uma estrutura para o desenvolvimento desta cooperação, decidiram estabelecer nesta data uma comissão mista de coordenação que se reunirá alternadamente nos dois países e, sempre que necessário, a nível ministerial.
8. A Comissão estudará em particular as seguintes questões: fornecimento de bens e de serviços brasileiros à Arábia Saudita, suprimento de petróleo ao Brasil; associação de capitais sauditas e brasileiros no Brasil e na Arábia Saudita; intercâmbio tecnológico; assistência técnica; cooperação financeira entre os dois países e intercâmbio cultural.
9. Os dois Ministros aprovaram diretrizes gerais para a redação de acordos de cooperação entre a Arábia Saudita e o Brasil, que serão considerados pela Comissão Mista de Coordenação.
10. A Comissão Mista de Coordenação submeterá aos respectivos Governos as propostas necessárias à consecução dos objetivos acima enumerados, efetuando sua primeira reunião na Arábia Saudita no curso dos próximos três meses.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil aceitou o convite que lhe foi feito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita no sentido de visitar aquele país em data a ser posteriormente acordada.

O Chanceler Azeredo da Silveira visitou Assunção nos dias 9, 10 e 11 do corrente, quando assinou com o Chanceler Sapena Pastor, do Paraguai, diversos convênios relativos ao Acordo de Itaipu. Durante sua visita ao Paraguai, o Embaixador Azeredo da Silveira foi recebido pelo Presidente Alfredo Stroessner, tendo sido condecorado com a Ordem do Mérito Nacional.

A imprensa nacional salientou a importância do discurso pronunciado recentemente em Washington pelo Embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, Paulo Padilha Vidal. Afirmou o Embaixador Vidal perante o Conselho Permanente da OEA que o Brasil não tem qualquer espírito de vaidade ou de hegemonia em relação a ninguém. Reconheceu a necessidade de renovar e aperfeiçoar os organismos internacionais, mas sem denegrir-los como se fossem a causa de todos os males. Ao concluir, afirmou o Embaixador Paulo Vidal, "cabe a nós confrontar as deficiências reconhecidas e proclamadas para que nosso esforço nacional seja a primeira e grande muralha de defesa de nossos povos contra os ataques da miséria, das injustiças sociais e do subdesenvolvimento econômico".

O Presidente da República enviou à apreciação do Senado Federal, o nome do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima para ocupar o cargo de Governador do novo Estado do Rio de Janeiro.

O Premier Kakuei Tanaka, do Japão, deverá chegar a Brasília hoje, dando início à sua visita ao Brasil. Na capital, o Premier japonês será recebido pelo Presidente Ernesto Geisel, com quem manterá conversações e visitará o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Sua permanência em Brasília será de dois dias, devendo visitar também o Rio de Janeiro e São Paulo.

O Chanceler Azeredo da Silveira chefiará a Delegação Brasileira à 29ª. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a qual será composta dos Embaixadores Sergio Armando Frazão, José Sette Câmara Filho e George Alvares Maciel, e do Ministro Hélio Scarabotolo.

DECLASSIFIED

Authority NND 53094

NOTÍCIAS ECONÔMICAS

* Falando recentemente na Comissão de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados, o Ministro da Fazenda, Prof. Mário Henrique Simonsen, disse que em função da crise do petróleo a inflação brasileira vai ficar em torno de 32 por cento até dezembro, sendo que no último mês de agosto este índice deve ter variado entre 1,2 e 1,3 por cento.

Ao recomendar uma completa revisão da política brasileira de transporte, devido a crise do petróleo, o Prof. Simonsen disse que essa revisão deve se processar sem choques sobre a indústria automobilística, cuja expansão tem representado um dos principais motores do crescimento brasileiro. Assim, na sua opinião, a estratégia que se recomenda é adeorientar grande parte da expansão da indústria que já alcançou níveis satisfatórios de competitividade internacional, para o mercado externo.

O Ministro da Fazenda comentou sobre a economia internacional e declarou que seria ingênuo imaginar que o Brasil pudesse escapar sem arranhões à atual conjuntura, esclarecendo que, como em quase todos os países importadores de petróleo, o principal problema que o país enfrenta em 1974 é o do aumento do "déficit" na balança de pagamentos, comercial e em conta corrente. Nos sete primeiros meses do ano, as exportações FOB situaram-se em US\$ 3 bilhões 700 milhões, enquanto as importações FOB subiram a US\$ 6 bilhões e 700 milhões, resultando um "déficit" de US\$ 3 bilhões, na balança comercial. Anunciou que nos próximos meses é de se esperar uma apreciável recuperação das exportações, por motivos de ordem sazonal e um certo arrefecimento das importações como resultado das medidas tomadas há dois meses atrás em matéria de alíquotas aduaneiras e de restrições ao financiamento de compras ao exterior. Em qualquer hipótese, entretanto, afirmou o Ministro Simonsen, é de se esperar um "déficit" na balança comercial entre US\$ 3 e 4 bilhões para o presente exercício e, acrescentando-se o "déficit" de serviço com o da conta-corrente; entre US\$ 5 e 6 bilhões. Frisou o Prof. Simonsen que esse "déficit" deverá ser recuperado pelo ingresso autônomo de capitais de risco e de empréstimos, sem tocar nas reservas cambiais. Na opinião do Ministro da Fazenda — "essas cifras não devem assustar, pois o mundo de 1974 é muito diverso do mundo de 1973", afirmando que até o fim do ano a dívida líquida será equivalente a um ano e meio de exportações, o que representa um coeficiente perfeitamente satisfatório de solvência internacional. Mencionou também a garantia de que dispõe o país de um bom escalonamento da amortização das dívidas, e da válvula de segurança oferecida por um nível de reservas superior a US\$ 6 bilhões e 400 milhões. Afirmou que apesar do "déficit" em conta-corrente, o ingresso de capitais deverá manter virtualmente equilibrado o balanço de pagamentos brasileiro em 1974.

Para o Ministro Simonsen o grande desafio para os próximos anos é conciliar a manutenção de altas taxas de crescimento do Produto Real com o relativo equilíbrio da balança de pagamentos. Em consequência, o Governo estabeleceu, na condução da política econômica, as seguintes prioridades: substituição de importações e expansão das exportações; aprimoramento dos atuais incentivos fiscais, creditícios e cambiais à exportação, dentro do princípio de que um dólar a mais de exportação é preferível a um dólar a menos de importação, embora o efeito sobre o balanço de pagamentos seja o mesmo; a relação entre a dívida líquida e as exportações deve manter-se dentro de limites que conservem a credibilidade internacional do País, ou seja, em torno de um ano e meio de exportações; o déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente deverá conter-se no limite máximo de 20 por cento da formação bruta de capital, isto é, próximo aos US\$ 4 bilhões; e, finalmente, a completa revisão da política de transportes, conferindo maior ênfase à navegação e às ferrovias, bem como ao transporte coletivo nos centros urbanos.

Acrescentou o Prof. Simonsen que equacionado o problema do crescimento, é preciso que ele não represente uma simples e fria taxa de expansão do produto real, mas se transmita numa melhoria efetiva ao padrão de vida de todas as classes e regiões. A melhoria da distribuição regional e pessoal de renda há, assim, que constar como uma das principais metas da ação econômica do Governo. Contudo, afirmou o Ministro da Fazenda deverá ser feita pelos caminhos tecnicamente corretos e que não comprometam a taxa de desenvolvimento.

No âmbito regional, é intenção do Governo manter a atual política de investimentos fiscais; minimizar e, se possível, eliminar as comissões de intermediação; e garantir a execução dos projetos aprovados dentro dos cronogramas previstos e tecnicamente adequados, evitando a paralisação de obras por insuficiência de captação de incentivos. Também é intenção do Governo promover melhor distribuição das rendas fiscais entre Estados, possivelmente pela criação de um fundo de participação do I.C.M.

Depois de afirmar que o Brasil está preparado para enfrentar os desafios internacionais com o escudo das potencialidades naturais do país, do dinamismo do empresariado nacional e do pragmatismo da política econômica, o Prof. Simonsen disse que "crescer as maiores taxas possíveis, revertendo esse crescimento em benefício de toda a população continua sendo a meta prioritária da nossa política econômica".

* O Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, numa exposição que fez recentemente para professores de economia da Universidade de Brasília, disse que o País ingressa numa nova fase de sua economia após dez anos de desenvolvimento.

O Ministro Severo Gomes analisou o panorama internacional após a Segunda Guerra Mundial, cujo ciclo econômico tinha pressupostos inflexíveis de ordem monetária e se baseava na suposição de que havia disponibilidade total de matéria-prima a preços baixos, com alguns países elevados à situação de superindustrializados. O Brasil, nesse cenário, pode participar do fluxo de desenvolvimento internacional a partir dos últimos dez anos, usufruindo, sob a forma de investimentos diretos e indiretos, dos capitais estrangeiros. Essa fase da economia mundial, porém, chegou ao fim com a crise do petróleo e veio revelar uma série de aspectos inesperados, tornando-se indispensável encontrar novas bases econômicas para fazer frente a esta instabilidade.

Para fazer frente a distorções resultantes do processo de desenvolvimento, citou quatro itens já propostos pelo Governo Geisel na área econômica: 1) fortalecimento incondicional da pequena e média empresa nacional; 2) redução da dependência econômica do País frente ao exterior; 3) correção dos desníveis setoriais e regionais; e 4) "arrumação" adequada e própria da economia e política brasileiras frente à conjuntura econômica internacional.

TRANSPORTES

* Ao encerrar na semana passada o 1º Congresso Nacional da Indústria Automobilística, em São Paulo, o Ministro da Fazenda, Prof. Mario Henrique Simonsen anunciou a reformulação da política brasileira de transportes, dentro de uma política que dará prioridade a um maior desenvolvimento das ferrovias, da marinha mercante e dos transportes coletivos.

* Conforme noticiário da imprensa, o Plano Integrado de Transportes para o Brasil, previsto para o período de 1975 a 1984, baseado em estudos preparados pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), compreende cinco políticas setoriais, a saber: política fiscal, a qual será estabelecida numa estrutura adequada para a participação do fisco no empreendimento; política comercial, que se relaciona à adequação de uma estrutura comercial e empresarial; a de investimentos avalia projetos, usando uma metodologia própria; a tecnológica visa à fixação de coeficientes tecnológicos que serão exigidos na construção e manutenção e a política de preços, que tem o objetivo de criar uma estrutura adequada.

Os trabalhos preliminares foram desenvolvidos dando ênfase às regiões fisiográficas (sul, sudeste, nordeste e centro-oeste) e aos meios de transporte (ferrovias, rodovias, navegação e portos) com o aproveitamento das experiências internacionais no setor e dos mecanismos para planejamento que foram criados no Brasil após 1964.

DECLASSIFIED

Authority NND 53094